

Brasília-DF, 23 de março de 2026

7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras da CNTI/NCST reúne lideranças e reforça luta por direitos em São Paulo



O 7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Estado de São Paulo reuniu, nesta sexta-feira (20), dirigentes sindicais, trabalhadoras e lideranças para debater temas centrais da pauta feminina no mundo do trabalho e na sociedade. A atividade foi promovida pela CNTI, por meio da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, do Idoso e da Juventude, em conjunto com a Secretaria da Região Sudeste, Federações do Plano da CNTI e a NCST-SP.

Realizado no auditório da sede da NCST-SP, na capital paulista, o encontro teve como principal objetivo contribuir para a formação das mulheres, fortalecendo sua ascensão profissional e o protagonismo social.



Com o lema “Nós podemos, nós fazemos acontecer”, o evento destacou a importância da organização coletiva e da união entre as trabalhadoras na construção de um futuro mais justo e igualitário.

Debate de temas essenciais

A programação abordou questões fundamentais para a vida das mulheres trabalhadoras. Entre os destaques, estiveram o debate sobre o fim da escala

6x1 e os impactos da redução da jornada de trabalho, conduzido pela economista Marilane Teixeira, doutora em desenvolvimento econômico e social.

Outro ponto central foi o enfrentamento à violência contra a mulher, com a palestra de Estela Bezerra, secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Ministério da Mulher, reforçando a defesa do feminicídio zero.

Também integrou a programação a reflexão sobre o papel da mulher na sociedade, considerando aspectos biológicos e sociais, tema abordado por Luci Parmejani, secretária de Mulher da NCST-SP.

As atividades reforçaram a importância do conhecimento como ferramenta de transformação e da atuação sindical na defesa de políticas públicas voltadas às mulheres.



Presenças que fortalecem a luta

O encontro contou com a presença da presidente da Nova Central, Sônia Zerino, que também atua como

Brasília-DF, 23 de março de 2026

secretária para Assuntos da Mulher, da Juventude e da Pessoa Idosa da CNTI.

Também participaram Cátia Laurindo, diretora de Assuntos da Mulher da NCST Nacional e de Promoção da Igualdade Racial e de Gênero da NCST-SP, e o presidente da NCST-SP, Nailton Porreta, reforçando o compromisso da entidade com a pauta das mulheres trabalhadoras.



[CLIQUE AQUI E VEJA AS IMAGENS DO ENCONTRO](#)

Fonte: NCST

CONCLAT 2026 e Marcha da Classe Trabalhadora serão em 15 de abril, em Brasília



A Nova Central Sindical de Trabalhadores informa que será realizada, no dia 15 de abril de 2026, em Brasília (DF), a CONCLAT 2026 (Conferência da Classe Trabalhadora), organizada pelas Centrais Sindicais.

A atividade tem como objetivo a aprovação da Pauta da Classe Trabalhadora, construída em todo o país, sob o lema: "Empregos, Direitos, Soberania, Democracia e Vida Digna".

A programação terá início às 8h, no Teatro Nacional, com a realização da Plenária. Em seguida, os participantes sairão em Marcha até o Congresso

Nacional, reforçando a mobilização da classe trabalhadora.

Após a Plenária, representantes das Centrais Sindicais deverão se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além dos presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, para a entrega oficial das reivindicações.

Entre os principais pontos da pauta estão: redução da jornada de trabalho, fim da escala 6x1, valorização do salário mínimo, geração de empregos, fortalecimento das negociações coletivas, combate ao feminicídio, regulação do trabalho em plataformas digitais e redução da taxa de juros.

A Nova Central orienta suas entidades filiadas a garantirem ampla participação, fortalecendo a unidade e a mobilização em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

"A CONCLAT é um momento essencial de unidade e mobilização da classe trabalhadora. A participação de todos e todas é fundamental para fortalecer nossas pautas e avançar na conquista de direitos", enfatizou Sônia Zerino, presidente da Nova Central.

Fonte: NCST

DIAP debate eleições de 2026 com lideranças



O diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e analista político, Neuriberg Dias, participará, no próximo dia 26 de março, de um encontro que reunirá sindicalistas e representantes de movimentos sociais no centro do Rio de Janeiro.

A atividade tem como objetivo promover um debate estratégico sobre o cenário político nacional, com foco nas eleições de 2026 e na construção de agendas de atuação conjunta entre as entidades.

Durante o encontro, Neuriberg apresentará análise do DIAP sobre a conjuntura política e as perspectivas eleitorais, contribuindo para a reflexão das lideranças

Brasília-DF, 23 de março de 2026

presentes. A programação também contará com a participação de Edinho Silva, reforçando o caráter político do debate.

A pauta central inclui a discussão das eleições de 2026, com base em estudos e avaliações do DIAP e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), buscando subsidiar a atuação do movimento sindical e social no próximo período.

O encontro será realizado das 9h às 14h, na Avenida Rio Branco, no centro do Rio, reunindo lideranças comprometidas com o fortalecimento da articulação política e social no país.

Fonte: Diap

INSS antecipa pagamento do 13º para aposentados e pensionistas

Dinheiro será depositado nos meses de abril e maio



Marcello Casal Jr/Ag Brasil

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social vão receber o 13º salário antecipado nos meses de abril e maio. São cerca de 35,2 milhões de benefícios, o que vai injetar na economia brasileira mais de R\$ 78 bilhões divididos em duas parcelas. Este é o sexto ano seguido em que o governo antecipa o pagamento do 13º para os beneficiários do INSS. O decreto foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicado em edição extra do Diário Oficial da União de quinta-feira (19).

O calendário de pagamento da primeira parcela vai de 24 de abril até 8 de maio. A segunda metade estará nas contas entre os dias 25 de maio a 8 de junho.

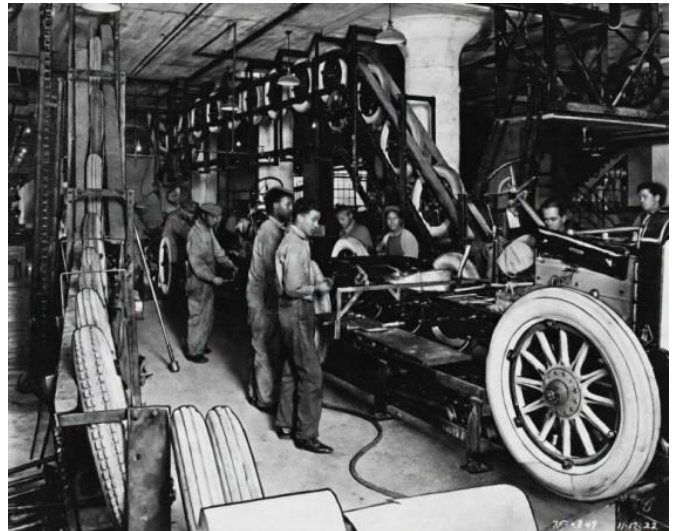
A data de pagamento leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Têm direito à antecipação do 13º quem recebe benefício por incapacidade temporária, auxílio-acidente, aposentadoria, salário-maternidade, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

Fonte: Agência Brasil

Artigo mostra como a jornada de trabalho no Brasil foi moldada por lutas e disputas

Saiba como a jornada de trabalho no Brasil passou de mais de 12 horas diárias para 44 horas semanais e seu contexto histórico.



Evolução da jornada de trabalho no Brasil revela disputa histórica entre capital e trabalho. Imagem modificada e recriada por IA.

O trigésimo primeiro artigo do dossiê "Fim da Escala 6x1 e Redução da Jornada de Trabalho", organizado pelo Organizado pelo Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho) em parceria com as centrais sindicais, faz uma análise sobre o "Alongamento e redução da jornada de trabalho no Brasil".

O artigo é assinado por Sadi Dal Rosso. Ele analisa a evolução da jornada de trabalho no Brasil e demonstra que sua redução sempre resultou de mobilização social e greves.

Desde a industrialização, quando jornadas ultrapassavam 12 horas diárias, até a Constituição de 1988, que fixou o limite em 44 horas semanais, o autor mostra que avanços ocorreram em meio a intensos conflitos entre trabalhadores e empregadores.

O texto também critica retrocessos recentes e destaca a atualidade do debate, com movimentos que defendem o fim da escala 6x1 e a redução da jornada sem redução de salários.

Leia aqui o artigo:

[Alongamento e redução da jornada de trabalho no Brasil](#)

Fonte: Rádio Peão Brasil

Brasília-DF, 23 de março de 2026

Com acordo PT-PSB-PDT, Lula terá apoio de toda a esquerda pela 1ª vez

Inédita unidade da esquerda nas eleições 2026 já garante a Lula uma coligação com ao menos sete partidos: PT, PCdoB, PV, PSOL, Rede, PSB e PDT.



Os presidentes do PSB, João Campos; do PT, Edinho Silva, (PSB); e do PDT, Carlos Lupi (Foto: reprodução)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá um trunfo inédito na busca de mais um mandato no Palácio do Planalto. Em 2026, pela primeira vez em nove eleições presidenciais, todos os partidos de esquerda com representação parlamentar apoiarão uma mesma candidatura já no primeiro turno.

Uma reunião nesta quarta-feira (18), em Brasília, selou o apoio de PSB e PDT à reeleição de Lula. Participaram do encontro os presidentes partidários Edinho Silva (PT), João Campos (PSB) e Carlos Lupi (PDT). Eles também firmaram um acordo nacional para priorizar candidatos mais competitivos nas eleições estaduais.

Um post compartilhado em conjunto nas redes sociais de Edinho, Campos e Lupi elogiou o encontro. Conforme a postagem, a “excelente conversa” avançou “na construção de uma estratégia nacional, que compreende a importância dos arranjos estaduais para o fortalecimento do projeto de reeleição do Presidente Lula”.

Desde 1989, quando os brasileiros voltaram a eleger presidentes pelo voto direto, houve apenas duas disputas em que PT, PSB e PDT se coligaram: em 1998, no apoio a Lula, e em 2010, na chapa de Dilma Rousseff (PT). Nas duas vezes, porém, outros nomes da esquerda concorreram: Alfredo Sirkis se candidatou pelo PV em 1998, enquanto Marina Silva, também pelo PV, e Plínio de Arruda Sampaio disputaram em 2010.

O próprio PDT lançou as candidaturas de Leonel Brizola em 1989 e 1994, de Cristovam Buarque em 2006 e de Ciro Gomes em 2018 e 2022. Já o PSB teve candidatos em 2002 (Anthony Garotinho) e em 2014

(Eduardo Campos, que faleceu durante a campanha, e depois Marina Silva, sua substituta).

Agora, a inédita unidade de toda a esquerda nas eleições 2026 já garante a Lula uma coligação com ao menos sete partidos: PT, PCdoB, PV, PSOL, Rede, PSB e PDT. Juntas, essas legendas somam 127 deputados federais, 16 senadores e seis governadores.

Nos estados

O acordo PT-PSB-PDT definiu ainda chapas em estados importantes para a campanha de Lula. É o caso de Pernambuco, onde João Campos, hoje prefeito do Recife (PE), será candidato a governador, tendo como vice o advogado Carlos Costa, irmão do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos). As duas vagas ao Senado serão disputadas pela ex-deputada federal Marília Arraes (PDT) e pelo senador Humberto Costa (PT), que tentará a reeleição.

No Rio Grande do Sul, os partidos já têm consenso nos dois candidatos ao Senado – o deputado federal Paulo Pimenta (PT) e a ex-deputada federal Manuela D’Ávila (PSOL). O próximo passo é deliberar quem vai encabeçar a chapa ao governo gaúcho – atualmente, os ex-deputados estaduais Edegar Pretto (PT) e Juliana Brizola (PDT) são pré-candidatos ao Palácio Piratini.

Fonte: Portal Vermelho